

Análise: Uma diplomacia coadjuvante

Em nome da nova 'política externa da democracia e da liberdade', renunciar a investimentos e exportações e comprometer o crescimento é hoje efeito colateral desse projeto

Hussein Kalout

14/09/2020, O Estado de S. Paulo

No campo da política externa, o Brasil tornou-se refém da opção que construiu para si: a dependência do governo Trump e de sua incerta reeleição. O país carece de estratégia que enxergue além da subserviência ao atual inquilino da Casa Branca. Concessão atrás de concessão, o país vai aniquilando sua capacidade negociadora e a própria importância na cena internacional.

A política ambiental brasileira é um desastre rotundo. De baluarte em temas como a proteção da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável, o país se autoimpôs ostracismo na arena internacional — para muitos tornou-se “pária”. A relação com a Europa é gélida, ou melhor dizendo: inexistente!

Reconstruí-la passa por abrir tantos gargalos que, por ora, é melhor deixar do jeito que está para não piorar. Em matéria de direitos humanos, já não contrariamos os mais horrendos regimes autoritários. Nas votações do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, nos colocamos com frequência ao lado de países que nem remotamente prezam “pela liberdade e pela democracia” – mote repetido à exaustão pelo chanceler bolsolavista.

Com a China, caminhamos firmemente para colapsar relação que representa cerca de 30% de todo o nosso fluxo comercial – mais do que a soma de nosso comércio com os EUA e a Europa juntos. O Brasil decidiu entrar em espécie de “guerra cultural” com os “comunistas chineses”, que alimentam com cifras robustas o capitalismo brasileiro – nada mais paradoxal! No embate com a China, Brasília busca mais uma vez macaquear Washington. No entanto, os EUA são apenas a maior potência do mundo – e têm interesses nacionais em questão e recursos de poder para tanto.

Travar relação errática e contraditória com Pequim passou a ser objetivo nacional. Em nome da nova “política externa da democracia e da liberdade”, renunciar a investimentos e exportações e comprometer crescimento, arrecadação, postos de trabalho e contas externas são hoje meros efeitos colaterais de nosso projeto de grandeza e riqueza. Não há nada mais delirante e pitoresco do que querer convencer os brasileiros a acreditarem nesse opaco lema.

Já quanto à soberania, o nacionalismo vai de vento em popa! Na retórica, o processo decisório da “política externa” parece transcorrer de maneira independente de todas as nações do mundo. Porém, dia sim e outro sim, prestam-se contas ao sub do sub sobre o devido cumprimento do dever que nos é externamente atribuído. O bedel a quem se dá satisfação é agora o novo mandatário do BID, que responde, na Casa Branca, pela América Latina.

Por falar na região em que o Brasil se situa geograficamente – porém, inexistente politicamente –, a coisa não tem como piorar (um alento!). Sem articulação, sem liderança e sem projeto para a América Latina, o Brasil se transformou em “um quase nada” para os seus vizinhos. Na ausência de norte político, o governo não sabe como induzir desenvolvimento em seu próprio entorno geoestratégico. Dadas as

circunstâncias, almejar liderar algo no contexto sul-americano já não encontra sequer amparo na realidade.

Com a determinação do governo brasileiro, a América Latina é cada vez mais América e menos Latina. O Brasil fulminou o artigo 4º da Constituição de 1988, em especial o “Parágrafo único”: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” A conduta brasileira diante da eleição à presidência do BID cobrará seu preço.

Ator passivo, o Brasil se sobressai na claqué que aplaude as iniciativas do governo Trump em qualquer tabuleiro geopolítico – em particular no Oriente Médio. E a promessa de 10 bilhões de dólares em investimentos que foram anunciados pelo Brasil por ocasião do giro presidencial pelas arábias? Até agora nenhuma monta substancial parece ter dado o ar da graça no terreno econômico nacional. São os tempos da (autoimposta) diplomacia da ilusão. O ativismo de rebuliço das redes sociais tudo infla, nada concretiza.

A incumbência de linha auxiliar do trumpismo liquidou a capacidade de formulação do governo brasileiro – ou até de divisar outros horizontes. A reeleição do presidente americano é a tábua de salvação do atual projeto diplomático. Sem política externa, sem bússola geoestratégica, sem América Latina, o Brasil ruma para profunda irrelevância na própria região. Enfim, seguirá, contudo, se vangloriando do disciplinado papel de ator coadjuvante!

HUSSEIN KALOUT, 44, é Cientista Político, Professor de Relações Internacionais e Pesquisador da Universidade Harvard. Foi Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2016-2018). Escreve semanalmente, às segundas-feiras.

Esse artigo foi publicado originalmente em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,analise-uma-diplomacia-coadjuvante,70003436856>.